MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

TERCEIRA REPARTIÇÃO

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Pertencendo, pelas leis em vigor, ás camaras municipaes a aposentação dos professores de ensino primario, e tendo o governo de contribuir com uma parte que deve ser-lhes paga por um titulo de renda vitalicia, o qual só póde ser concedido em vista da apresentação dos diplomas que os aposentarem, encarrega-me o ex.^{mo} ministro do reino de dizer a v. ex.^a, para que se sirva fazê-lo constar ás camaras municipaes d'esse districto, que, approvada pelo governo a aposentação de qualquer professor, devem aquellas corporações passar aos agraciados um diploma no qual se mencionará a quantia com que foram aposentados, designando com individualização a parte que á camara e ao governo compete pagar. Este diploma deverá, antes de assignado, ter o sello proporcional a todo o vencimento com que o professor for aposentado, na conformidade do disposto nos n.^{os} 3.^o e 4.^o da classe 1.^a da tabella n.^o 2.^o do regulamento da lei do sello.

Ao enviar tal documento ao governo, v. ex.^a obterá das respectivas camaras a declaração do dia e mez em que o professor deixou de ser abonado do vencimento de effectividade por aquellas corporações.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 16 de julho de 1883.—*Antonio Maria de Amorim*.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador civil do districto de Aveiro.

Identicas para os governadores civis dos demais districtos do continente e das ilhas adjacentes.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

REPARTIÇÃO CENTRAL

Determinando a lei de 21 de junho do corrente anno no § unico do artigo 12.^o que logar algum de provimento vitalicio, que vagar a requerimento de quem n'elle estiver provido, poderá ser preenchido por individuo estranho ao serviço do estado, ou por empregado de categoria inferior, ou ainda igual, quando o vencimento seja inferior ao do logar vago, sem terem decorrido tres mezes depois de publicado no *Diario do governo* o despacho da vacatura; e sendo conveniente para o cabal cumprimento d'estas disposições evitar que se suscitem quaesquer duvidas sobre a sua interpretação: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, declarar o seguinte:

1.^o Que o citado preceito da lei de 21 de junho é applicavel a todas as funções de provimento vitalicio dependentes do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça; aos beneficios ecclesiasticos que vagarem por terem requerido renuncia os individuos que n'elles estavam apresentados; e ás substituições dos officios de justiça, de que trata a lei de 17 de fevereiro de 1876;

2.^o Que será considerado vencimento, para os effectos da referida disposição, o ordenado legal, quando se trate de logares que não tenham outros proventos; o ordenado com os emolumentos, quando alem do ordenado fixado na lei pertença ao respectivo empregado receber emolumentos; os emolumentos quando o logar de que se trate não tenha ordenado estabelecido na lei, devendo regular para o compute dos emolumentos as lotações que se acharem em vigor ao tempo do provimento;

3.^o Que nas substituições dos officios de justiça, estes serão servidos durante os tres mezes seguintes ao despacho, que conceder a substituição, por individuos nomeados

pelo juiz de direito da respectiva comarca, os quaes satisfarão ao proprietario substituido metade dos emolumentos que lhe forem contados, como fazem os substitutos, nos termos da mencionada lei de 17 de fevereiro de 1876.

Paço, em 17 de julho de 1883.—*Julio Marques de Vi-thena*.

D. do G. n.^o 159, de 18 de julho.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DOS CORREIOS, TELEGRAPHOS E PHAROES

SECRETARIA—PRIMEIRA SECÇÃO

Manda Sua Magestade El Rei que os directores do correio addidos, que actualmente servem ou de futuro forem chamados a servir em comissão fóra das suas respectivas direcções de correio, fiquem com a responsabilidade plena e inteira pela arrecadação, guarda e entrega dos valores e fundos provenientes do serviço postal, mesmo quando escolham para os substituir o chefe ou qualquer dos empregados do quadro da respectiva estação telegrapho-postal.

Paço, em 18 de julho de 1883.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.—Para o conselheiro director geral dos correios, telegraphos e pharoes.

D. do G. n.^o 165, de 25 de julho.

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS

Pedindo o empreiteiro da construcção do ramal do caminho de ferro da estação do Pinheiro ao caes da nova alfandega no Porto, que, para construcção do referido ramal, seja expropriada uma parcella de terreno entre os perfis 2 e 4, indicados na planta approvada por portaria de 18 de outubro de 1882, pertencente a Manuel Pereira Pinheiro, e situada no logar do Pinheiro, freguezia de Santa Maria de Campanhã, do bairro oriental da cidade do Porto;

Considerando que esta expropriação, em vista do fim para que é pedida, se acha comprehendida nas disposições da lei de 17 de setembro de 1857:

Hei por bem, conformando-me com o parecer da junta consultiva de obras publicas e minas, declarar de utilidade publica e urgente, nos termos das leis de 23 de julho de 1850 e 8 de junho de 1859, a expropriação da mencionada parcella de terreno marcada na planta parcellar, que baixa com o presente decreto, assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 19 de julho de 1883.—**REI**.—*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.

D. do G. n.^o 162, de 21 de julho.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL

SEGUNDA REPARTIÇÃO

Pedindo a commissão executiva da junta geral do districto do Porto que, para a construcção do lanço da estrada districtal n.^o 7, comprehendido entre a Carvalhosa e Lordello, se declare de utilidade publica e urgente a expropriação de parte de uma capella e de diversos predios, situados na freguezia de Frazão, concelho de Paços de